

# ***Questão social, desemprego, precarização e produção da pobreza: os reflexos para a produção da economia solidária no brasil***

---

ALINE MENDOÇA DOS SANTOS

Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra

alinems@ces.uc.pt

## **Resumen**

Para comprender mejor la construcción de la economía solidaria en Brasil se debe considerar el contexto de desigualdades sociales, económicas y políticas que es el escenario de la incidencia de las nuevas prácticas económicas. Más que describir este contexto, es necesario entender la economía solidaria considerando todo el proceso histórico en el cual opera y así delinear la lógica que lo estructura y produce pobreza.

De la literatura el texto analiza el contexto social y político desde la categoría cuestión social, su evolución expresa los profundos cambios en el mundo del trabajo y cómo éstos se reflejan en la pobreza que prevalece en la sociedad. Después de un examen documental de los datos de la Cartografía Nacional de Economía Solidaria se hace una lectura de la economía solidaria como la revitalización de la pobreza en Brasil.

**Palabras clave:** *cuestión social, pobreza, economía solidaria, revitalización de la pobreza.*

***Social issue, unemployment, precarisation and the production of poverty: on the production of solidarity economy in Brazil***

## **Abstract**

*To better understand the construction of solidarity economy in Brazil one must consider the context of the social, economic and political inequalities that serve as the backdrop for the incidence of new economic practices. More than describing the context at stake, it is necessary to understand solidarity economy in the light of the overall historical process in which it operates and thus outlining logic that underlies it and that produces poverty.*

*From bibliographic research the article discusses the social and political context while focusing on the category of social issue, with ramifications perceived in the profound transformations of the labour world and in the manner that these are reflected in the poverty of the prevailing society. As a result, a documental analysis grounded on data from the Solidarity Economy National Mapping leads us to an understanding of solidarity economy as a revitalization of poverty in Brazil. social issue, poverty, solidarity economy, revitalization of poverty.*

**Keywords:** *social issue, poverty, solidarity economy, revitalization of poverty.*

## 1. As diferentes formulações da questão social

A questão social é uma categoria aspirada na perspectiva de aglutinar os problemas sociais que atingem a humanidade num contexto de totalidade do processo histórico. Tais situações eram e são decorrentes de uma contradição que se consolida com o desenvolver da sociedade capitalista: trabalho *versus* capital. Portanto, a questão social expressa a principal contradição da sociedade vigente, que reflete a desigualdade social configurada a partir da exploração de trabalho e, assim, desdobra-se em problemas sociais<sup>1</sup> e produz pobreza. Por outro lado, a questão social expressa o processo de resistência ao *status quo*, a antítese dialética capaz de potencializar mudanças e transformação na realidade histórica.

A questão social é considerada como categoria de análise da sociedade, porém, não há consenso entre as reflexões que a fundamentam. São muitas as formulações sobre questão social. Há pelo menos três configurações que precisam de atenção: a primeira diz respeito aos teóricos que defendem a existência de uma “nova questão social”, em detrimento à dinâmica diferenciada que a sociedade contemporânea apresenta; a segunda refere-se aos que continuam afirmando um contraponto entre capital e trabalho; por fim, a terceira alude ao discurso político conservador visando à manutenção do *status quo*.

### 1.1. A nova questão social

É vigente, e de comum acordo, que os últimos anos, mais especificamente as três últimas décadas, servem de cenário para inúmeras mudanças de ordem política, econômicas e sociais. Mudanças essas que ocorrem numa velocidade vertiginosa impactando a sociedade contemporânea.

<sup>1</sup> Desemprego, precarização do trabalho, analfabetismo, violência, favelização, fome, analfabetismo político, a falta de leitos em hospitais, a violência, etc.

À luz deste contexto, que alguns teóricos argumentam uma nova questão social, pois uma nova cena implica novos atores, novos problemas e, portanto, uma nova questão social. Neste sentido, a dicotomia entre capital e trabalho, estruturada a partir do modelo industrial, não serve mais de parâmetro para a sociedade vigente pautada pela revolução tecnológica.

Dos autores envolvidos com essa tese, dá-se especial destaque ao francês Robert Castel. Ele entende que as transformações afetam principalmente o universo em torno do “trabalho”, aumentando os índices de desemprego e a precarização das relações de trabalho, afetando os direitos sociais e esgotando o modelo de proteção social. Deste modo, os trabalhadores à margem do mercado de trabalho formal não poderiam mais ser explicados segundo a categoria “exploração”, via pela qual era explicada a questão social. Para Robert Castel (1999:20), a questão social é caracterizada:

*“Como uma aporia fundamental, na qual uma sociedade experimenta o enigma da sua coesão e trata de conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe de novo em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se denomina uma nação) para existir como um conjunto vinculado por relações de interdependência”.*

A partir desta análise, percebe-se que Castel compreende que questão social, propriamente dita, no início do século XIX, dizia respeito ao pauperismo da classe trabalhadora. O trabalho assalariado visto como algo ameaçador à ordem estabelecida, fazendo jus às análises demonstradas por Marx.

Apesar desta elaboração, Castel afirma que a questão social foi se metamorfoseando com o decorrer da história, mas a necessidade de compreendê-la a partir de outro paradigma está no formato da sociedade salarial. Por sociedade salarial entende-se:

*“Não somente uma sociedade na qual a maioria da população é assalariada, aindaque seja verdade. [...] uma sociedade salarial é, sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade. Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio. Porque, antes do estabelecimento dessa sociedade salarial ser protegido era ter bens; [...] O salariado se consolidou e se dignificou, se ousou dizer, e passou mesmo a ter um papel de atração, em torno do qual o conjunto da sociedade moderna se organizou. Aliás, é o que se vê, por exemplo, na posição de trabalhadores independentes que durante muito tempo despreza-*

*ram o salariado, e acabaram invejando-o, imitando-o, querendo beneficiar-se das mesmas vantagens sociais”.* (Castel, 1997:170-171)

É nessa sociedade salarial que são identificados os principais processos transformadores, como: internacionalização do mercado, mundialização, competitividade, minimização do preço da força de trabalho, maximização da eficácia produtiva e flexibilização. Nessa perspectiva, segundo Castel (1997), a sociedade salarial passou a manter a vida do trabalhador que apropriou privilégios de um sistema de proteção, de garantias e de direitos. Mas esse processo não foi suficiente para eliminar a desigualdade social, pelo contrário, estimulou o individualismo em decorrência da institucionalização tecnocrática do social.

No contexto atual, contudo, Castel diz que o trabalho perde espaço no tocante a essa dimensão de centralidade. Todos os benefícios vinculados ao trabalho perdem sua legitimidade: a desmontagem do sistema de proteção, desestabilização na ordem do trabalho, enfim, situações que repercutem diretamente na vida social, para além do mundo do trabalho. Segundo Castel, essa situação é desencadeada por um processo de flexibilização, que decorre das exigências da concorrência e da competitividade em um sistema mundializado, no qual o trabalho passa a ser o alvo principal da redução de custos, assim minimiza-se o preço da força de trabalho e maximiza-se a eficácia produtiva. Esses processos sinalizam para o desaparecimento do emprego, isto é, do trabalho com proteção e estabilidade. Castel conclui: “a nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade”.

O quadro situado por Castel (1997) produz insegurança para os trabalhadores. Assim, aponta as consequências: a “desestabilização dos estáveis” implica naqueles trabalhadores que possuíam uma posição na divisão do trabalho clássico e que se encontram enfeitados dos círculos produtivos; a “instalação da precariedade” engloba os jovens com alternâncias de períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário e que consistem no que se “poderia chamar de cultura do aleatório, as pessoas vivem o dia-a-dia” de forma instável; por fim, a existência dos “sobrantes” que por sua vez, correspondem àquelas pessoas que estão à margem (não integrados) da sociedade. Estar integrado, afirma Castel (1997:180), “é estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência”. Nessa perspectiva, os “sobrantes” não são sequer explorados.

Dessa forma, o mundo do trabalho transformou-se e, segundo Castel, a questão social também, não podendo mais ser explicada pelos mesmos paradigmas clássicos. Em sua análise da nova questão social, Castel desresponsabiliza a sociedade capitalista do processo, pois parte do princípio de que a questão social se reformula através de crises, sem apontar o capitalismo como a referência norteadora desse processo, alegando, assim, que os problemas sociais são um contínuo que sempre existiram independentes da sociedade capitalista.

## 1.2. Questão social e a reflexão brasileira

Embora as reflexões de Castel sejam importantes referências para os estudos dos teóricos brasileiros, notam-se diferentes leituras a partir de outro posicionamento diferente do de Castel. Um posicionamento que insiste em preservar a questão social como resultado da contradição estabelecida na relação entre capital e trabalho. O Serviço Social brasileiro é porta-voz desta reflexão, uma vez que possui a questão social como objeto de sua práxis profissional<sup>2</sup>. O debate publicado na revista *Temporális* n. 3, organizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), nos proporciona um panorama desta discussão, na qual Iamamoto, Yazbeck, Netto e Pereira fazem suas considerações a respeito da questão social.

Iamamoto parte da premissa de que a “análise da questão social é indissociável das formas assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente em uma arena de disputas entre projetos societários”, ou seja, na contradição entre capital e trabalho, contrapondo assim o discurso da “nova questão social” (Iamoto, 2001:10).

Iamamoto compõe sua argumentação a partir das pontuações analíticas de Marx sobre o processo de acumulação capitalista e das consequências da mesma sobre a classe trabalhadora, embora a nomenclatura “questão social” não se faça presente na obra de Marx.

Na análise crítica de Marx, a sociedade capitalista se traduz tanto por um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto por um processo de reprodução das relações sociais. A questão social é interpretada pela relação de poder estabelecida na luta de classes, na qual a classe operária ameaça a ordem dada. Segundo Iamamoto, compreender as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, ou seja, a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza é de suma importância para a discussão sobre trabalho e questão social nos dias atuais (Iamamoto, 2001:12), supondo que privilegiar a história e a análise de Marx é necessário para compreender a questão social.

Dentre as características da sociedade capitalista, destaca-se: a configuração de dois agentes principais - o capitalista e o trabalhador assalariado; a reificação das relações sociais em relação entre coisas; e a mais-valia e a exploração das relações de trabalho. O processo capitalista exige um aumento da produção

---

<sup>2</sup> Depois da reconceitualização da profissão, a questão social surge para cobrir uma lacuna ainda latente no Serviço Social que, a priori, argumentava sua razão de existir atendendo, pontualmente, as necessidades do homem pobre, “excluído” da sociedade. Posteriormente, o serviço social ultrapassa a ideia do homem como objeto profissional. Passa-se à compreensão de que a situação deste é oriunda de uma conjuntura que vai além do problema fragmentado.

que, conseqüentemente, implica numa superpopulação relativa, que Iamamoto denomina “supérfluos para o capital”. A autora assim caracteriza tal segmento:

*“Dentre essa superpopulação relativa –que à época da revolução industrial inglesa era qualifica de “exército industrial de reserva”– encontram-se os segmentos intermitentes, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais; a superpopulação latente na agricultura, fruto da redução da demanda de força de trabalho decorrente do seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos pólos urbano-industriais. Inclui-se também aquela parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com “máximo de tempo de serviço e mínimo de salário”, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Esse quadro é complementado com o crescimento do pauperismo, segmentos formados por contingentes populacionais, miseráveis aptos ao trabalho, mas desempregados, crianças e adolescente e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes, etc.) cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores” (Iamamoto, 2001:15)*

Diante dessa dinâmica, a autora afirma a geração de uma acumulação de miséria em detrimento da acumulação do capital, identificando nessa contradição a produção/ reprodução da questão social. E conclui:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] A questão social expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (Iamamoto, 2001:16-17)

Trata-se assim, de uma renovação da “velha” questão social, onde novas condições sócio-históricas aprofundam as contradições entre capital e trabalho. No contexto atual, percebe-se uma alteração das relações entre Estado e sociedade, influenciada por um novo estágio da acumulação capitalista – financeirização da economia.

Frente a isso, a questão social é produzida por quatro aspectos centrais: (1) a lógica de acumulação capitalista exige financiamento externo que provo-

ca o aumento da dívida interna e externa, implicando, conseqüentemente, no agravamento da questão social; (2) a reestruturação produtiva oriunda do padrão fordista-taylorista produz um processo flexível que afeta os processos de trabalho, a gestão, o consumo, os direitos sociais trabalhistas, as organizações sindicais, conduzindo a um quadro de recessão e desemprego; (3) o “consenso de Washington” e a adesão de teorias neoliberais provocam mudanças significativas na relação Estado/sociedade civil, nessa perspectiva reduz-se “a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais”; (4) modificam-se as formas de sociabilidade, entra em cena a sociedade do mercado que implica em produtivismo, competitividade, eficácia, consumo reforçando um individualismo exacerbado. Com essas reflexões argumentativas, Yamamoto nega a desqualificação da análise marxista.

Na leitura de Yazbeck, a questão social também se apresenta no processo de divisão da sociedade de classes, em que a apropriação da riqueza produzida socialmente é diferenciada. Como Yamamoto, Yazbeck mantém a questão social como produto da antiga dicotomia entre capital e trabalho, argumentando tratar-se de uma questão estrutural que, embora passe por reformulações e redefinições em decorrência do atual momento histórico, substancialmente, permanece a mesma.

*“Questão que, na contraditória conjuntura atual, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões dentre as quais destacamos: 1 – as transformações das relações de trabalho; 2 – a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que vêem seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados.” (Yazbek, 2001:33-34)*

É nesta perspectiva que a autora discute pobreza, exclusão e subalternidade como elementos significativos no processo de reprodução da questão social, que implica, necessariamente, na reprodução das contradições sociais e que, portanto, não há rupturas no cotidiano sem resistência.

José Paulo Netto também entende a questão social no marco da tradição teórico-política marxista. Para melhor argumentar sua apropriação do tema, discute questão social a partir de cinco notas:

Primeiramente, destaca que a expressão *questão social* tem emprego recente (apropriada praticamente no mesmo período em que emergiu a palavra socialismo) e surge para explicar o pauperismo – fenômeno conseqüente da primeira onda industrializante do século XVIII. Assim sendo, tal fenômeno foi caracterizado como processo decorrente do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial.

Neste contexto, a questão social surge como expressão das contradições sócio-políticas da época, onde os pauperizados protestavam suas condições (das

mais diversas formas, dentre elas “trade unions”) ameaçando as instituições sociais e a ordem estabelecida.

A segunda reflexão de Netto a respeito da questão social implica na inserção do pensamento conservador, que passa a considerar a questão social como objeto de uma ação moralizadora que preserva a propriedade privada dos meios de produção. Até que, em 1848, o movimento dos trabalhadores desmistificou essa perspectiva, percebendo que a questão social só seria superada com a supressão da sociedade burguesa. Nessa perspectiva, o “pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão *questão social*, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador” (Netto, 2001:45).

A terceira nota destaca a compreensão teórico metodológica da gênese da questão social explicada por Marx, em *O Capital*. Segundo Netto, a dinâmica da questão social só foi explicada com precisão a partir da explicação do “rigoroso processo de produção do capital”.

Dessa forma, o autor afirma (diferentemente dos defensores da “nova” questão social) que a questão social é determinada pela exploração: traço peculiar da relação capital/trabalho. Assim, a questão inicial se mantém, mas admite existir uma metamorfose, pois diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social.

O capitalismo “globalizado”, transnacional e pós-fordista, explicita problemas de desigualdades sociais que promovem a discussão em torno da “nova” questão social, em que os autores (Rosavallon e Castel) entendem como problemáticas as possibilidades de reforma do regime do capital, retrocedendo a reflexão ao nível das utopias conservadoras e inibindo a crítica da economia política marxiana. Por fim, Netto afirma que não há uma nova questão social e, portanto, não há como superar tal questão sem a supressão da ordem do capital. A cada novo estágio do desenvolvimento capitalista, percebem-se expressões mais complexas correspondentes à intensificação da exploração. “O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração” (Netto, 2001:48).

Para concluir, o autor aponta que a superação da questão social, com a possível derrocada do capitalismo, não implica na inexistência de mais problemas que provoquem indagações em homens e mulheres.

Nesse debate qualificado, Pereira é quem faz a argumentação mais diferenciada. Ela compactua com os colegas questionando a existência de uma nova questão social, porém, questiona, além do adjetivo “novo”, a incidência ou não da “questão” (substantivo) na expressão *questão social*.

Pereira parte do princípio de que, na contradição explícita da questão social (estrutura X ação), sujeitos assumiram papéis transformando necessida-

des sociais em questões, mas tais necessidades não podem ser transformadas em questão sem antes serem problematizadas, e pergunta:

*“Será que não estaríamos diante de uma questão latente que, apesar de inscrita na contradição fundamental do sistema capitalista –a contradição entre capital e trabalho–, ainda não foi explicitada, dada à posição profundamente desigual dos setores progressistas na atual correlação de forças?”* (Pereira, 2001:51).

Segundo Pereira, existe uma “precariedade” nas forças sociais de resistência ao *status quo* e, diante disso, não se tem uma questão social explícita, e sim uma questão social latente. Nessa perspectiva, problemas sociais maximizados pela economia global e pela hegemonia do liberalismo mercantil, oriundos da questão social, não estão causando grandes comoções sociais capazes de resistir ao processo dado, não sendo ainda transformados em questões explícitas. Dentre os problemas, destaca o desemprego estrutural, globalização da pobreza, racismo, desmonte dos direitos sociais, etc.

Assim, a autora não caracteriza a questão social atual na mesma elaboração teórica que compreende a questão social como “embate político”, apropriada no marco da revolução industrial. Conclui:

*“Considero, sim, que os problemas atuais – tal como aconteceu com a alienação do trabalho e a pauperização do proletariado que, no século XIX, esteve na base da questão social - são produtos da mesma contradição que gerou essa questão, mas que, contemporaneamente, ainda não foram suficientemente politizados. Donde se conclui que a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais – mas, de embate político, determinado por essas contradições”.* (Pereira, 2001: 54)

Por fim, destaca-se a interpretação de Otávio Ianni, importante nome da sociologia brasileira, que, ao compreender a contradição da sociedade de classes, da relação entre capital e trabalho, percebe uma contradição ainda mais latente e visível na contemporaneidade: a contradição entre o social e o econômico, pois há uma enorme discrepância entre os indicadores destes dois campos em que o econômico se sobrepõe ao social. Argumenta:

*“A um lado “encontra-se uma moderna sociedade industrial, que já é a 8ª economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo”. No outro “encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentan-*

*do padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas.” É curioso observar que essas análises não estabelecem uma relação evidente, mas incômoda: que a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e cidade. Precisamente as vítimas das dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde”.* (Ianni, 1991:4)

Diante dessa realidade, onde a sociedade em movimento apresenta-se por desigualdade e antagonismos que constituem a questão social, Ianni diz que, no curso da história, formam-se sujeitos coletivos (grupos, classes, sindicatos, movimentos sociais) que procuram resistir à ordem vigente.

### 1.3. A leitura do pensamento conservador

A terceira discussão sobre a categoria “questão social” que é proposta aqui diz respeito à leitura oportunista do pensamento conservador.

Em poder da ideologia dominante, expressões como *questão social* e *exclusão social* são usadas para explicar dolorosas feridas da sociedade contemporânea, a partir de um discurso instrumental e alienado. Propagam a discussão de tal forma, que logo tais categorias tornam-se rótulos equivocados na voz do “senso comum”, que reproduz o discurso sem se preocupar em explicá-lo.

Dessa forma, percebe-se uma banalização dos conceitos que, no caso da questão social, Ianni (1991) chama de “criminalização da questão social”, e referindo-se à exclusão social, José de Souza Martins (2004) chama de “neologismo enganador”.

Trata-se de uma artimanha ideológica que impede de resgatar a origem da questão social procedente da organização capitalista, Iamamoto sinaliza que, a partir de tal artimanha, “elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, típica da ótica liberal, resulta na autonomização de suas múltiplas expressões – as várias questões sociais” (2001).

Quando se fala de um oportunismo da classe dominante, diz-se que há uma intenção em comover a população e convencê-la de que a sociedade de classes é uma argumentação ultrapassada<sup>3</sup>. Percebendo a ameaça que a resistência no processo contraditório da questão social provoca para a manutenção do *status quo*, algumas reflexões, sob orientação conservadora, procuram inibir a dinâmica dialética. Netto diz que, não por acaso, as aspirações sobre a “nova questão social” – que implicam em ignorar os conflitos de classe – foram também divulgadas no

<sup>3</sup> Embora o conceito de “classes sociais” não detenha a força explicativa que Marx supunha, pois há outras formas de exclusão não necessariamente determinadas pelo mercado, como os de gênero ou de fundo cultural e simbólico guardam validade no sentido de apontar para a distância entre os que possuem os meios de produção e os que dele são destituídos (Demo, 1997)

Brasil pelo Partido da Social Democracia Brasileira – considerado um partido centro/direita. Nesse sentido, as premissas da vertente conservadora ignoram as contradições da sociedade e apenas lamentam os problemas sociais oriundos de tal contradição. Buscando saídas imediatas para amenizar tais problemas, mas sem comprometer a ideologia dominante.

Pastorine destaca a elaboração de Cerqueira Filho, que a esse processo chama de “ilusão ideológica”:

*“[...] um discurso que combina integração social e paternalismo. [...] O discurso burguês liberal típico tem sempre uma margem possível real e concreta de ilusão ideológica quando, absorvendo e lidando com o conflito social, afirma a sua inexistência. [...] Nos países de industrialização recente, como é o caso do Brasil [...], o discurso político conservador, elitista e autoritário, impregnado ainda da prática política das oligarquias agrárias não admite o conflito. Assim não é capaz da ilusão ideológica. O que fazer? Ocultar o conflito. [...] Articular uma visão de mundo, fundada na integração social por oposição ao conflito, o favor e o autoritarismo”. (Cerqueira Filho apud Pastorine, 2004:87).*

Ianni, ao discutir a criminalização da questão social, diz que ainda existe no pensamento social brasileiro uma aspiração de que a “vítima” é a culpada. Ou seja, o “excluído” (pobre, analfabeto, ignorante, desempregado...) é responsável por sua desprezível condição na sociedade. A reflexão em torno da produção e reprodução das desigualdades sociais é abafada. Eis a naturalização da questão social:

*“Diante de uma realidade social muito problemática, incômoda, às vezes explosiva, uma parte do pensamento social prefere “naturalizá-la”, considerá-la como “fatalidade” ou apenas herança arcaica pretérita. Dentre as explicações que “naturalizam” a questão social, vale a pena destacar duas. Não esgotam o assunto, mas dão uma idéia das metamorfoses que transfiguram as desigualdades sociais. Uma tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social. O “sistema nacional de previdência e o serviço nacional de assistência social o são as expressões mais evidentes dessa forma de” explicar” e “resolver” a questão social. Outra explicação tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança repressão. Toda manifestação de setores sociais subalternos, na cidade e no campo, pode trazer o “gérmen” da subversão da ordem social vigente. A ideologia das forças policiais e militares, bem como de setores dominantes e de tecnocratas do poder público, está impregnada dessa “explicação”. (Ianni, 1991: 6 -7)*

Esta naturalização implica em compreender a questão social de forma supérflua, desvinculada da história, da economia e da política. Nesta perspectiva o atendimento à questão social forma-se por relações que circundam os limites da luta de classes, sendo as manifestações da questão social caracterizadas como problemas sociais pontuais, fragmentados, inibindo o reconhecimento das diferenças e propagando um individualismo exacerbado. Esse último, denunciado por Netto, como uma impotência dos sujeitos e protagonistas sociais em face dos rumos do desenvolvimento da sociedade.

Pastorine contribui para o debate dizendo:

*“Neutralizando e cristalizando o tempo, não se faz outra coisa que congelar, na interpretação, o movimento da própria realidade, imobilizando a totalidade social e vendo passar a história de forma linear (positivizada), através de uma sucessão de fatos. A idéia positivista de história não dá lugar a contradições, já que se fundamenta numa noção de progressão temporal com uma meta final previamente definida.”* (Pastorine, 2004:100)

Frente à concepção conservadora, depara-se com dualismos como “inclusão e exclusão” sendo utilizados para substituir a categoria “ultrapassada” *classe social*. Como soluções para as expressões da questão social fragmentadas são utilizadas políticas de integração e inclusão social. Trata-se de uma solução cômoda que procura inserir os sujeitos num sistema que, por sua natureza, continuará excluindo e produzindo desigualdades sociais. “Matar a fome não acaba com a pobreza e nem elimina suas causas estruturais” (Martins, 2004: 4), dessa forma, as políticas de inclusão social não mudam nada, e sim reproduzem e conservam estruturas sociais causadoras de injustiças. “Imaginar que *incluir* é dar meio prato de comida a populações *excluídas*, colocadas à margem do processo de desenvolvimento constitui um insulto e agrega à pobreza a humilhação e o deboche”. (Martins, 2004: 4)

Essas políticas medíocres são denominadas por Demo (1998) como “exclusão elegante”, já Martins (2004) chama de “inclusão perversa”. A propagação dessas políticas conduz a um processo que não compreende a totalidade e as contradições sociais, não sendo suficientes para superar a exclusão social. Assim, os autores destacam a necessidade de se pensar em políticas sociais fora das teorias de integração social, só assim as prestações de bens e serviços do Estado serão desmistificadas como concessão do capital para serem apropriadas como garantias de direitos.

Nesse contexto, a “exclusão” aparece como questão social por excelência dos novos tempos. A noção de “exclusão”, como se viu, tem sido objeto de controvérsias e críticas. Para alguns autores, ela recompõe uma interpretação dualista

da sociedade, alegando que essa noção admite contornos a partir da análise econômica, uma vez que a contradição excluídos/incluídos seria produzida pelo mesmo processo econômico. Oliveira (1997: 60) denomina tal perspectiva, moralista e imprópria: “sob a pena de cairmos no dualismo ingênuo e insuportável, típico da literatura moralista do século XIX, mais ainda existente ao nível de senso comum – de achar que os miseráveis são responsáveis pela própria miséria”.

Por fim, esse processo implica na constituição de políticas sociais de reparação da exclusão se tratando de uma intervenção medíocre que não aborda a raiz dos problemas e ignora a contradição que produz a questão social.

Tendo presente as diferentes formulações da questão social, considera-se a questão social a partir da leitura de totalidade dos processos, remetendo às relações contraditórias estabelecidas entre capital e trabalho no decorrer da história. Assegurando, assim, a maioria das elaborações dos teóricos brasileiros. Contrariando Castel, não se trata de uma “nova questão social”, pois as origens da questão social ainda são vigentes na sociedade contemporânea, na qual as pessoas produzem e reproduzem relações sociais num contexto determinado. Os problemas sociais – expressões da questão social – são resultados da exploração do trabalho e da reprodução capitalista. A manutenção dos mesmos traços para decifrar a questão social não implica em compreendê-la da mesma forma em todos os momentos históricos da sociedade capitalista. Pelo contrário: diferentes formações sociais manifestam diferentes problemas sociais.

## **2. Precarização e desemprego: expressões evidentes da questão social**

Independente das diferentes leituras sobre a questão social percebe-se que os autores estabelecem uma estreita relação entre questão social e trabalho. Os primeiros movimentos da industrialização, urbanização e reestruturação provocaram mudanças constantes nas relações de trabalho que se agravam no decorrer da história. Esse processo configura o motivo mais visível da contradição posta na questão social, onde categorias diferentes defendem os respectivos interesses: por um lado os trabalhadores resistem à ideologia dominante, manifestando seus descontentamentos com a lógica estabelecida que os fragilizam; por outro, a classe dominante promove a concentração de renda inibindo a organização da classe trabalhadora.

Nessa disputa, a questão passou a ser compreendida em torno do direito ao trabalho e, por consequência, à propriedade, uma vez que, “por trás do trabalho está o poder sobre o capital e por trás do poder sobre o capital a apropriação dos meios de produção” (Pastorine, 2004: 106). Com o desenvolvimento do capital, o trabalho foi organizado pelo assalariamento, que também garante, através do Estado, direito à assistência pelo trabalho. Eis aí a instituição do trabalho formal:

o emprego – forma encontrada pelo capital para amenizar as resistências dos trabalhadores garantindo a coesão social e a legitimidade da ordem. Do ponto de vista histórico, é necessário compreender a questão social sem estreita relação com a exploração do trabalho. Desta forma, a questão social (de base marxista) fornece base metodológica de forte poder analítico para pensar a questão do trabalho – não só pela contradição presente, mas também pela capacidade de questionamento e resistência da parte menos privilegiada à parte hegemônica. No entanto, não parece ser suficiente para explicar as atuais mudanças no mundo do trabalho, sendo também indispensável conhecer os mecanismos propulsores do capitalismo financeiro mundializado, não perdendo de vista que só é possível compreender as transformações no mundo do trabalho se for considerado que estas se originam no espaço mais amplo do processo de acumulação capitalista.

Nas últimas décadas, é possível ver que o mundo capitalista passa por profundas transformações. Toda vez que o capital depara-se com uma crise, encontra maneira de superá-la nos apresentando novidades. As teorias neoliberais e reestruturação produtiva são resultados de uma dessas crises. Segundo Alves (1999) o ponto de partida para as tais transformações – compreendidas a partir da mundialização do capital – ocorreu na virada da década de 1970 para 1980, quando da ofensiva do capital na produção (a reestruturação produtiva) e da ofensiva do capital na política (o neoliberalismo).

Em decorrência desses processos, o capital assume novos padrões de produção, de acumulação e concorrência, que afetam diretamente a classe trabalhadora. O processo produtivo da sociedade capitalista neoliberal exige mais eficácia, promovendo um salto no desenvolvimento tecnológico, na informatização, que, conseqüentemente, atingem os processos e relações de trabalho. Percebe-se então que as mudanças no mundo do trabalho procedem de alguns vetores principais, mutuamente implicados: de um lado, a reestruturação produtiva (centrada na introdução da informática e da automação no processo produtivo, ela conduz a mudanças na organização do trabalho – produção flexível e trabalho polivalente), que substitui o modelo fordista anterior; de outro lado a descentralização produtiva terceirização.

Associada a esse processo, observa-se uma tendência à desregulamentação dos mercados nacionais. É nesse contexto que o desemprego assume hoje um sentido estrutural, do mesmo modo que as formas precarizadas de trabalho – o subemprego. No caso das “economias de desenvolvimento”, como a brasileira, a redução da capacidade reguladora do Estado assume repercussões ainda mais sérias sobre o mercado de trabalho, visto que a insuficiente cobertura social no País nunca chegou a se constituir em um estado de bem-estar social.

Daí o mercado de trabalho e a estrutura ocupacional no Brasil assumirem uma forma muito particular a partir, especialmente, dos anos 1990 (Matoso, 1999; Antunes, 1995). Com a retração dos postos de trabalho formais, ou seja,

com direitos e garantias sociais, cresceram as ocupações informais. O chamado setor informal, embora seja alvo de diferentes definições, tende a abarcar os diferentes regimes de trabalho caracterizados pelos assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria, que trabalham de forma individual, familiar ou associativa. Embora a questão da legalidade não seja o critério para definir o informal, as atividades nele implicadas estão, de um modo ou de outro, em um ambiente de ausência de direitos publicamente assegurados.

Deve-se assinalar que a informalidade não significa estar descolado da economia formal, desenvolvendo-se à margem do sistema. A desregulamentação do mercado não é apenas produto, mas também condição do modelo de acumulação capitalista, como elemento redutor dos custos de produção. Como exemplo disso, as relações interindustriais, ou as cadeias produtivas, combinariam não apenas organizações produtivas de diferentes tipos, como também diferentes formas de gestão da mão de obra. Ou seja, transferem-se as tarefas gerais e desqualificadas para pequenas empresas, sob um regime informal de trabalho (terceirização do trabalho), ficando as grandes com o trabalho especializado e qualificado, em um regime formal (Leite; Silva, 1996).

É nesse ambiente que se sinaliza para precarização e desemprego como expressões evidentes da questão social na contemporaneidade, não se trata de um problema individual. É um problema social, que atinge amplas camadas da população, independente de sua condição, que, ao contrário, querem trabalhar, mas não conseguem espaço. Segundo Mészáros (2006: 27) “atualmente nenhum setor do trabalho está imune à miséria desumana do desemprego e do ‘trabalho temporário’ - *precarização*”, mesmo o trabalho mais estável é pressionado a intensificar a jornada e submeter-se a toda e qualquer condição de trabalho a fim de continuar formalizado.

No Brasil, Pochmann (2006: 60-61) aponta três componentes que fundamentam a crise do emprego: 1) desemprego em massa<sup>4</sup>; 2) novidade do desassalariamento<sup>5</sup>; 3) ocupações precárias. Mesmo utilizando as estatísticas mais conservadoras projetadas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estas revelam aumentos significativos dos números que mensuram desemprego e precarização, mas estas estatísticas são insuficientes para revelar os dados reais, ou seja, o problema é ainda maior. Segundo Pochmann (2003: 2-3), os critérios metodológicos do IBGE mascaram o verdadeiro problema social, tendo em vista que considera desempregada a pessoa que: a) estiver procurando emprego na semana da

<sup>4</sup> “A partir de 1990, a quantidade de pessoas sem empregos e procurando por um posto de trabalho ganhou forte relevância, sem paralelo com qualquer período de tempo anterior.” (Pochmann, 2006, p. 61)

<sup>5</sup> “Durante as décadas de 1940 e 1970 a cada dez postos de trabalho gerados, oito eram empregados assalariados, sendo sete com carteira assinada. Entretanto, nos anos 1990, a cada dez empregos criados, somente quatro foram assalariados.” (Pochmann, 2006, p. 61)

pesquisa; b) estiver disponível para ir trabalhar imediatamente; e c) não conseguiu trabalhar (em qualquer atividade) nem uma hora na última semana.

Visualiza-se assim uma conjuntura social dramática que produz um desemprego exacerbado e aumenta a incidência de novas formas precarizadas de trabalho: trabalho parcial, temporário, terceirizado, subcontratado. O trabalho formal assegurado pelo Estado cede espaço para o trabalho informal. O trabalhador se sujeita a uma flexibilização das formas de contratação que não o assegura dos direitos sociais. Os movimentos sociais retrocedem. Estes movimentos, se fossem considerados, abririam novas perspectivas, ampliando a reflexão sobre os valores estabelecidos. Percebe-se, então, a desintegração do movimento da classe trabalhadora, situação em que se presencia uma fragilização da classe trabalhadora, pois esta se tornou mais complexa e fragmentada afastando-se da luta sindical. (Antunes, 1995, 2000; Alves, 2000; Mattoso, 1998; Oliveira, 1998).

Segundo dados do IBGE, em 2005, apenas 18,4% dos trabalhadores ocupados no Brasil eram sindicalizados. A probabilidade de estes terem uma participação ativa no movimento diminui muito quando o direito a reivindicar direitos passou a comprometer os postos de trabalho. A fila de desempregados e precarizados – “exército de reserva” – é o trunfo do capital para inibir a mobilização do trabalho. A capacidade de resistência da força social concentrada, principalmente nos sindicatos, é ameaçada condicionando a vulnerabilidade dos produtores diretos (Cattani, 2005).

Com a complexidade das relações de trabalho, a questão social também se apresenta de forma mais complexa, uma vez que o número de trabalhadores afetados pela lógica excludente do sistema vigente produz consequências desastrosas para parte significativa da humanidade – manifestadas nas mais diferentes expressões da questão social. Mesmo que a constatação de que a lógica dominante fragiliza as relações de trabalho e produz pobreza, seja clara e manifesta, há quem faça um movimento para “camuflagem” deste processo, configurando uma banalização da questão do desemprego e da precarização, bem como discutido no item anterior sobre os conceitos de “questão social” e “exclusão social”.

A leitura elaborada a favor da flexibilização do trabalho procura influenciar o senso comum para que o mesmo adquira familiaridade com a precarização do trabalho, conformando uma aceitação tácita desta. Da mesma forma, teses sobre o desemprego são pregadas falsamente pelos interesses dos capitalistas e influenciam o imaginário social: o desemprego é um problema individual, trata-se na maioria dos casos de pessoas mal qualificadas, que não tiveram oportunidade de estudar, portanto, o Estado, e os gastos públicos não têm nada a fazer - seria uma questão de sorte, de contingência do mercado; no Brasil existem muitos impostos que aumentam o custo médio de produção das mercadorias, acima dos outros países, e esse custo/Brasil, impede as empresas de contratarem mais gente, portanto, um dos caminhos seria reduzir direitos sociais e reduzir impostos; a causa princi-

pal do desemprego é que as pessoas vieram para as grandes cidades, se tivessem ficado em seus municípios de origem, teriam trabalho (Pochmann, 2001).

Além da naturalização do desemprego e precarização, há ainda a falaciosa tese do fim do trabalho, que trata, de forma reducionista e a-histórica, o trabalho especificamente como o emprego. Entretanto, o ponderável é a crise do emprego e não o fim do trabalho, pois a diminuição do emprego e o aumento da precarização não significam reduzir a análise da crise à extinção do trabalho.

Sendo assim, o discurso político conservador apresenta falsos argumentos para justificar uma naturalidade do desemprego, alegando “que não há o que fazer”. O desemprego e a precarização, como expressões da questão social no Brasil, apontam para uma grave crise social da história do País. Crise esta que se desdobra em outras expressões da questão social (acesso precário à educação, à saúde, lazer, informação, aumento da violência, consumo de drogas, desagregação familiar, envolvimento com crime, etc.) e que levam a população a taxas dramáticas de pobreza.

A realidade registrada por dados oficiais permite verificar que tal naturalização também é construída por situação de esquecimento e pouco estranhamento. O “Anuário dos trabalhadores”, publicado em 2007 pelo SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) e DIESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos), apresenta dados que caracterizam o desemprego e o trabalho precário no Brasil, de 2003 a 2006, nas regiões metropolitanas e Distrito Federal. Os índices de desemprego e precarização vão se naturalizando com o tempo, uma vez que o impacto “midiático” ocorrido na década de 1990 foi muito superior ao vivenciado nos anos 2000. No entanto, o impacto social só se agrava passando de forma ofuscada pelas análises realizadas pelo sistema hegemônico e, conseqüentemente, pelo senso comum.

Com o baixo nível de atividades econômicas e ausência de políticas redistributivas<sup>6</sup>, poucas são as condições para o crescimento do rendimento ou da ocupação. Sem alterações nos índices, parcela significativa da sociedade vive fora do mercado de trabalho com poucas ou sem condições de subsistência. Por um lado, o desemprego e precarização apresentam-se como produtores de um dado número de conseqüências latentes negativas, sendo associados com as formas e situações de pobreza, por outro, tal situação é invisibilizada. Boaventura de Sousa Santos, discute tal invisibilização alegando uma linha abissal na qual as contradições constituem-se em sistemas de distinções visíveis e invisíveis.

Apresentando-nos concepções abissais de epistemologia e legalidade, Santos (2008) diz que não há contraponto direto entre a regulação e a emancipação que se localizam do lado visível da linha e apropriação e violência aplicada do lado invisível da linha. Dessa forma, há uma negação radical que produz uma ausência

<sup>6</sup> Política redistributiva, no sentido de viabilizar, nos desiguais, a capacidade histórica de conquistar participação na renda usurpada pela elite econômica e política.

radical, uma ausência de humanidade: a subumanidade moderna. Assim, a “exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres subumanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social” (Santos, 2008: 9).

É necessário que a análise empírica do desemprego e da precarização ultrapasse a lógica puramente econômica e verifique as consequências reais para a sociedade, que padece de graves “custos” (Kliksberg, 2003), assim – olhando para o que os dados mensurados representam, de fato, no cotidiano das pessoas que têm sofrido mais intensamente as contradições nas relações entre o capital e o trabalho – talvez seja possível desnaturalizar a questão do desemprego e precarização, provocando visibilização da questão e resistência da parte dos trabalhadores desempregados e precarizados (os mesmos que estão em situação de pobreza), fortalecendo o lado frágil da questão social.

### 3. Produção da pobreza: por um paradigma mais humano

A produção de pobreza na sociedade contemporânea está atrelada às desigualdades expressas na questão social que geram, reproduzem e ampliam tal fenômeno social<sup>7</sup>. No entanto, como já elaborado na primeira seção, a questão social se renova, tendo em vista os diferentes momentos históricos da sociedade capitalista. Lembrando: “diferentes formações sociais manifestam diferentes problemas sociais”.

Considerando esta leitura, parte-se da desigualdade – consequentemente, a pobreza - como fenômeno histórico estrutural presente como componente intrínseco e contraditório de todo espaço e tempo, como aponta à dialética: “como estrutura volta sempre, como história pode sempre ser superada” (DEMO, 1997: 48). Apesar do peso da estrutura (poder, mercado, cultura, etc.), toda formação histórica pode ser modificada. Neste sentido, a pobreza pode ser mudada – mesmo no capitalismo, no qual tal categoria é elemento fundamental para a manutenção do status quo. Demo contribui:

*“[...] a pobreza é inerente ao capitalismo no plano estrutural, porque não poderia colocar-se fora da estrutura da desigualdade, e no plano histórico porque o mercado a reproduz como dinâmica própria. Significa também dizer que não é viável acabar com a pobreza no capitalismo – já que dela em grande parte vive – bem como é possível confrontar-se com ela, pois é fenômeno também histórico, e nisso “mexível”. (1997: 49)*

<sup>7</sup> Cattani (2005, p. 60) afirma que quanto mais se ampliam as desigualdades, mais são favorecidas as relações acomodadas, sem contestação (por receio, por alienação) das pessoas que almejam permanecer ou se inserir no mercado de trabalho. A essas relações, o autor chama de “submissão voluntária”.

Desta forma, a reflexão sobre a pobreza implica em um alto grau de subjetividade, não podendo ser considerada apenas no âmbito da economia, uma vez que configura também variáveis de cunho cultural, social, político, etc., refletindo a situação histórica estrutural do fenômeno.

Ao longo do tempo, a pobreza vem sendo definida por conceitos que a tratam como fenômeno unidimensional, ou seja, conceitos que consideram a renda como base da mensuração da pobreza (Crespo & Gurovitz, 2002). Tais elaborações geralmente mensuram a pobreza segundo o coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. No entanto, pobreza não possui apenas caráter material – estrutural – e precisa ser considerada tendo em vista outro paradigma.

A partir dos trabalhos de Amartya Sen (p. ex. SEN, 2000), o tema da pobreza passou a ser visto como fenômeno multidimensional e, assim, definido como “privação de capacidades”, que faz com que o potencial do indivíduo em auferir renda seja diminuído. Segundo Sen, a pobreza é relacionada a múltiplos fatores em que existe a carência de bens e de serviços essenciais – mínimos sociais – e também uma carência social, que condiz na incapacidade de participar na sociedade – a falta de voz, de poder e independência –, que sujeita as pessoas à exploração, e que as tornam mais vulneráveis e expostas ao risco. Entretanto, o autor não nega a baixa renda como um indicador importante, pelo contrário, entende que a falta da renda pode representar uma razão básica da privação de capacidades das pessoas.

Mensurar a pobreza partindo da análise da “privação de capacidades” significa desviar a atenção principal dos meios (renda) para os fins, ou seja, para a capacidade<sup>8</sup> dos pobres alcançarem os fins. Desta forma, a noção de pobreza como ausência de capacidade e a noção de pobreza como baixo nível de renda, estão relacionadas. A renda é elemento importante para obtenção de capacidades – o que não significa dizer que renda mais elevada produz capacidades maiores. O aumento das capacidades implica na expansão das produtividades e do poder de obter renda, contribuindo para diminuir as privações humanas e diminuir a pobreza (SEN, 2000). Neste sentido, a proposta de Sen tem forte relação com a dinâmica da questão social, uma vez que busca potencializar capacidades para que a parte menos favorecida – trabalhadores pobres – questione o contexto em que estão inseridos e, assim, mudem suas condições de pobreza numa perspectiva histórica.

Tratar as desigualdades sendo apenas material implica na formulação de programas assistencialistas de distribuição da renda que, via de regra, permite aumentar a renda familiar dos mais pobres, contribuindo para que, pelo menos do ponto de vista das estatísticas oficiais, fique acima da linha da pobreza. Mas não basta

<sup>8</sup> Sen entende “capacidade” como um tipo de “liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos” (SEN, 2000).

assistência econômica por parte do Estado, deve-se promover o desenvolvimento de capacidades que permitam às pessoas se aperceberem da sua condição desigual histórica, gerar renda e buscar uma superação da sua situação de pobreza.

Tendo em vista esta leitura, o desemprego e precarização não podem ser abordados como categorias econômicas costumeiras que caracterizam a simples redução ou perda de renda. Os danos que devem ser considerados são mais amplos, produzem pobreza e vão muito além das visões puramente economicistas. A contraditória conjuntura social forma impactos devastadores sobre o mundo do trabalho que precisam ser visibilizados e confrontados. A dificuldade de gerar renda repercute diretamente em uma privação de capacidade das pessoas em situação de pobreza. Além das deficiências econômicas, a pobreza envolve também a violação dos direitos humanos em grande escala, e esta violação, por sua vez, atenta à dignidade humana (Kliksberg, 2003). Baseado em dados da Organização das Nações Unidas (ONU), Kliksberg (2003) afirma que, na América Latina, quase metade da população é pobre e que a pobreza manifesta-se no plano mais básico da vida cotidiana. No Brasil, segundo dados do IBGE de 2003, 32,6% dos municípios brasileiros tinham mais da metade de sua população vivendo na pobreza absoluta.

Kliksberg (2003) diz que a pobreza em massa constitui um escândalo num mundo que já conta com descobertas e avanços rápidos em termos de produção e bens de serviço, uma vez que tais avanços não refletem no cotidiano dos pobres. Segundo o autor, em média, metade da renda nacional de cada país na América Latina é direcionada para apenas 15% da população. No Brasil, por exemplo, “10% da população mais rica se apropria de 46% da renda nacional, enquanto metade da população possui apenas 15% desta renda” (Kliksberg, 2003: 21). Desta forma, as altas taxas de precarização e desemprego refletem um significativo aumento da pobreza e compõem um índice de desigualdade caracterizado como um dos maiores do planeta. Outro componente que contribui para que o Brasil adquira tal rótulo é a forma desigual de como são arrecadados os impostos no País, tendo em vista que se trata de uma estrutura regressiva oriunda do fenômeno da financeirização, que faz com que os pobres paguem mais<sup>9</sup>.

Frente a isso, no Brasil, há um grande desequilíbrio das políticas sociais em detrimento das políticas econômicas<sup>10</sup>, o que repercute nas contradições entre

<sup>9</sup> “De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, o trabalhador que recebe mensalmente até dois salários mínimos tem uma carga tributária de até 48% de seu rendimento. Por força dos impostos indiretos (que se encontram incluídos nos preços de bens e serviços básicos), quem recebe dois salários mínimos mensais deixa quase um salário mínimo com a Receita Federal. Já o trabalhador com remuneração superior a 30 salários mínimos mensais deixa para os impostos somente 26% de sua renda.

<sup>10</sup> Pochmann (2004) fala em secundarização das políticas públicas da área social, uma vez que há uma subordinação aos princípios econômicos expressa desde o regime militar e que não foi alterado

o crescimento e a desigualdade social. Crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social. Mesmo que as estatísticas apontem uma evolução econômica do Brasil, a ponto de não ser mais considerado um país pobre, este convive com altos índices de pobreza, mesmo que estes índices não tenham avançado nos últimos anos<sup>11</sup>, e, ainda assim, sendo considerado como um dos países de maior desigualdade do mundo. Conforme reflete Gaiger:

*“Uma população majoritária persistentemente de pobres, num país de recursos abundantes, tem permanecido quase imune à evolução econômica, na falta de programas estruturais contínuos, alicerçados em decisões políticas de ampla envergadura. A pobreza extrema, em particular, mantém-se presa aos processos de reiteração das desigualdades, de modo que, ao cabo de sucessivas fases de estagnação e de crescimento, o Brasil deixou de ser um país pobre e dependente, para converter-se numa das principais economias mundiais, sem deixar de conviver com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano.” (Gaiger, 2008: 02)*

Desta forma, a opção pela primazia da economia causa um grande mal estar social reproduzindo limites (desigualdades sociais, sustentabilidade ambiental, etc.) gerados por decisões fundadas exclusivamente no progresso material. Baseado neste argumento, Pochmann (2009) aponta para a necessidade de outro padrão civilizatório, no qual a organização da economia deve ser o meio necessário para o atendimento do desenvolvimento social. Caso contrário, “prevalecerão as duas categorias básicas de homens a se manterem no porão do navio: os pobres excluídos da dignidade humana e os ricos condenados à solidão e à lógica da rivalidade” (Pochmann, 2009).

Tendo presente que o crescimento não é capaz de produzir mudanças profundas na pobreza, que o manejo de distribuição de renda não dá conta de superar o problema e que potencializar as capacidades dos pobres para iniciativas de confronto – por uma possível superação histórica – é de suma importância, compreende-se duas importantes premissas para o combate a pobreza:

---

pelos governos democráticos. Historicamente, percebe-se um recorrente predomínio dos ministérios da área econômica: Planejamento, Fazenda e, mais recentemente, o Banco Central.

<sup>11</sup> “Não obstante a piora no interior do mercado de trabalho, constata-se que a pobreza nas seis regiões metropolitana não vem aumentando, apresentando, inclusive, queda até o mês de março de 2009. Em grande medida, o comportamento inédito da pobreza desde a crise da dívida externa no Brasil (1981 -83) encontra-se relacionado à elevação do valor real do salário mínimo e à existência de uma rede de garantia de renda aos pobres. A crise afeta decisivamente o conjunto dos trabalhadores em maior medida que outros setores dasociedade. Mesmo assim, a base da pirâmide social não registra ainda os mesmos sinais de regressão. Em síntese, quem ganha mais paga menos impostos. Ao contrário de quem recebe menos, cuja carga tributária é quase o dobro da que incide sobre os salários maiores” (Pochmann, 2009).

a) geração de trabalho e renda: sem o trabalho – gerador de renda – não há possibilidade de autossustentação e subsistência humana. Ter trabalho remunerado é condição indispensável para o desenvolvimento, tendo em vista o acesso estruturante da renda e as condições materiais da vida;

b) cidadania e desenvolvimento de capacidades: criar capacidade para que o pobre faça jus de sua cidadania e combata a pobreza como sujeito capaz de mudar seu próprio contexto histórico.

Dentre as possibilidades de políticas que comportam estas duas premissas, destaca-se a *ativação econômica* dos setores sociais empobrecidos. Gaiger (2008) apresenta tal possibilidade como potencializadora de melhorias que provocam efeitos benéficos sobre a equidade e o desenvolvimento social e econômico. Segundo o autor, que orienta sua elaboração a partir da reflexão de Sen,

*“o princípio da ativação consiste em converter os beneficiários dos programas de apoio em protagonistas. Essa abordagem transfere o centro das atenções, dos mecanismos de geração e distribuição de renda, para os fatores e situações que provocam, perpetuam ou modificam diferenças nas capacidades de funcionamento das pessoas e das suas famílias.”* (Gaiger, 2008: 5)

A perspectiva da ativação econômica é fortalecer os mecanismos capazes de transformar capacidades em renda para, posteriormente, potencializar o desenvolvimento de funcionamentos de novas capacidades. É preciso superar a privação de capacidades para que as pessoas se apercebam das suas condições de ser e reajam de forma adequada para que garantam melhorias nas suas vidas. Caso contrário, reproduz uma lógica perversa, naturalizando e invisibilizando o processo excludente, no qual os pobres “são vítimas e não protagonistas: pessoas sistematicamente expostas à carência, ao desemprego e à vulnerabilidade são minadas em sua auto-estima e se auto-excluem da condição de agentes” (Gaiger, 2008: 06). No entanto, a reação esperada dos pobres não advém apenas de recuperação da renda, mas de uma condição de sujeitos de suas próprias histórias, motivada por experiências positivas de participação e reconhecimento.

Investir e motivar unidades produtivas dos pobres pode significar aumento dos postos de trabalho constituídos diante da necessidade econômica (alimentando o nicho de trabalhadores fora do mercado de trabalho formal), mas que propõem, através de outros princípios e valores, a possibilidade de uma nova cultura do trabalho (Tiriba, 2001) e, conseqüentemente, trazem para o âmbito da sociedade a introdução de novas práticas e valores – inversos ao da lógica dominante – retomando a disputa no âmbito da questão social.

Desta forma, medidas efetivas para romper a dinâmica das desigualdades compreendem motivar a ativação econômica dos pobres, reconhecer e promover o protagonismo dos mesmos (Asseburg; Gaiger, 2007). As políticas em favor dos

pobres não podem ter caráter apenas distributivo, compensatório, assistencialista e de curto prazo – de governo – e sim políticas de longo prazo – de Estado – capazes de potencializar a geração de trabalho e renda somada às capacidades de cidadania. A ativação econômica deve garantir que os rendimentos produzidos pelos pobres sejam integralizados por eles e revertidos em capacidades materiais, políticas, intelectuais, etc., para que, assim, sejam visibilizados.

As experiências que caracterizam a “ativação econômica” não acabam com o problema da pobreza, mas avançam numa perspectiva real de confronto capaz de intervir nas estruturas históricas, potencializando as diferentes capacidades rumo a um desenvolvimento social equitativo.

As iniciativas de economia solidária refletem estas experiências, que precisam ser reconhecidas e visibilizadas. Buscando alternativas de subsistência, trabalhadores, inserem-se em um movimento de organização do trabalho e da produção de forma coletiva, resultando na expansão de uma “economia marginalizada”, que se localiza a margem do mercado de trabalho formal. Segundo Raze-to (apud Cruz, 2006), a “exclusão social” específica do tipo de evolução recente do sistema capitalista produziu uma “economia popular” que passou a dar lugar a uma “economia da solidariedade”.

Frente a esta “economia marginalizada”, percebe-se um impulso destes trabalhadores que elaboram alternativas para superarem as mazelas da pobreza cotidiana. Muito discretamente, há um exercício de disputa destas pessoas que almejam a humanidade, a subsistência e inclusão – mesmo que seja a inclusão perversa sustentada pelo sistema capitalista. Não se trata de uma disputa ideológica que questiona diretamente as contradições entre capital e trabalho, mas de um questionamento indireto desta contradição, em que as pessoas, em um primeiro momento, se esforçam para fazer parte da realidade e, depois de fortalecidas, buscam desconstruir o processo desigual em detrimento de conquistar espaço social, econômico, político e cultural. O momento de crise pode ser superado por força das circunstâncias, mas o momento conquistado é alimentado pela necessidade de transformação histórica. Embora sejam, ainda, experiências pequenas, localizadas e com pouca expressão econômica, as iniciativas de economia solidária caracterizam um potencial significativo de formação de “capacidades” e não podem ser superestimadas.

#### **4. Pobreza e economia solidária: os empreendimentos econômicos solidários (ees) entre a fragilidade econômica e a força política**

Como vimos, a população brasileira tem sofrido fortemente as contradições nas relações entre o capital e o trabalho. As iniciativas de “ativação econômica” – como a economia solidária – expressam diferentes formas de organização coletiva e

autogestionária de trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho formal. Se por um lado estas iniciativas representam uma alternativa de geração de trabalho e renda como estratégia de sobrevivência frente à precarização e ao desemprego e somam-se às demais atividades informais funcionais ao capital, por outro, os EES ressurgem partindo de outra concepção de gestão e produção do trabalho, alicerçadas em princípios de solidariedade, participação e igualdade e capazes de potencializar outras capacidades que não só a geração de bens e serviços.

A economia solidária ganha visibilidade social e política na década de 1990 – por consequência dos impactos no mundo do trabalho. Antes disso, as iniciativas tinham pouca notoriedade, não apresentando um caráter de geração de trabalho e renda, mas apenas de subsistência. Porém, elas já vinham se destacando nas relações de produção de pequeno porte organizadas por núcleos familiares e por comunidades. Hoje estas experiências são reconhecidas como unidades produtivas que transcendem o patamar da subsistência, atingindo níveis de acumulação e crescimento (Gaiger, 1999). Mas, ainda assim, em sua maioria, são consideradas experiências frágeis, com pouco capital (inicial e de giro), e que, embora adquiram outros valores de produção e gestão, precisam subsistir no mercado capitalista.

Na economia solidária, os trabalhadores associam-se em iniciativas coletivas e autogestionária e têm como horizonte a reprodução ampliada da vida (diferentemente da reprodução ampliada do capital). Sem romper com o mercado capitalista, pelo contrário, sendo funcionais ao mesmo, os EES, a priori, estão estreitamente relacionados às questões de sobrevivência. A maioria das iniciativas de economia solidária no Brasil é organizada em resposta ao processo excludente e por forças das circunstâncias. Segundo os dados do SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, a adesão das pessoas ocorre, por ordem de prioridade, como alternativa ao desemprego (30,9%), para obter maiores ganhos em um empreendimento associativo (15,5%) e como fonte complementar de renda (14%). A remuneração dos trabalhadores associados ainda é muito precária: até meio salário mínimo (25,4%), de meio salário mínimo a um salário mínimo (16,1%) e de um salário mínimo a dois salários mínimos (7,5%).

Desta forma, mesmo em condições de visibilização, os empreendimentos econômicos solidários ainda se encontram em um patamar marginalizado, uma vez que os recursos gerados pelos empreendimentos não dão condições dos trabalhadores atingirem todos os mínimos sociais. A pobreza é a ausência de um padrão de vida mínimo, o que significa dizer que ter o básico não supera a condição de ser pobre. “O padrão de vida não decorre só da renda, pois inclui a capacidade de custear a atenção às necessidades e/ou a possibilidade de acessar a sua cobertura” (Sposati, 1997: 22).

Se por um lado a economia solidária ainda não supera totalmente a carência de bens e de serviços essenciais, por outro avança na capacidade de partici-

par na sociedade, adquirindo voz e vez e legitimando certo protagonismo popular. O fato condiz com estudos qualitativos anteriores (Santos, 2004; IBASE, 2001), segundo os quais as fragilidades técnicas e financeiras não obscurecem o elemento político e solidário dos EES. O elemento político e a constituição de um ambiente participativo e democrático (motivado pela dinâmica autogestionária da economia solidária) são fatores decisivos para o trabalhador viver outra relação de trabalho e, conseqüentemente, apropriar novas representações sociais. Com a participação, os trabalhadores interagem com a diferença e com o erro, expõem preferências, percepções e revelam diferenças e contradições. Essa interação é o que possibilita uma revisão, por parte dos trabalhadores, de suas posições e interesses não só no que diz respeito ao EES, mas também ao ambiente externo: a comunidade e a sociedade. Os novos valores e representações motivam os trabalhadores a uma organização política entre os EES que resultaram em espaços de articulações locais, regionais, estaduais e nacional. Desde o ano de 2003 tem-se presenciado um avanço dessas iniciativas em prol de um movimento organizado e articulado em nível nacional, que busca consolidar espaços para as mais diferentes expressões da economia solidária: Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Apesar da fragilidade econômica dos EES e de seus trabalhadores, há um fortalecimento dos mesmos, que passam a questionar o processo histórico em que estão inseridos e a disputar espaços para a promoção de outra economia e, conseqüentemente, outra sociedade. Segundo os dados do SIES, 13,7% dos EES do Brasil participam de Fórum ou Rede de economia solidária, 8% participam de movimento social ou sindical e 7,1% participam de Redes de produção e comercialização e a maior parte (57,7%) dos EES possui alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares, sendo que 27,8% do movimento comunitário, 26% do movimento sindical (rural ou urbano), 21,3% participam do movimento de luta pela terra ou agricultura familiar, 12,9% do movimento ambientalista, 7,6 pela luta pela moradia, 6,2 participam de movimento religioso ou pastorais, 4,6 lutam pela igualdade racial, 4,4% do movimento de mulheres ou de gênero e 1,9 do movimento de ameaçados ou atingidos por barragens<sup>12</sup>. Isso significa que há um representativo envolvimento dos sujeitos da economia solidária em espaços coletivos de luta e questionamentos da dinâmica hegemônica.

Essa dinâmica que potencializa a formação de sujeitos críticos a partir do envolvimento com a nova práxis, com as novas relações sociais de trabalho<sup>13</sup> e com o sujeito político coletivo, compreende a argumentação que nega a economia solidária como simples paliativo ao desemprego e a precarização de trabalho, sendo considerada como resposta às demandas sociais urgentes e, assim, sendo

<sup>12</sup> Ainda 4,4% do total participam de outros movimentos não citados.

<sup>13</sup> Sobre as mudanças nas relações sociais de trabalho nos EES ver Santos, 2007.

base para a reconstrução da classe popular (Gaiger, 1998). De certa forma, os EES fortalecem as capacidades de ação dos empobrecidos. Embora a fragilidade dos EES, estes encontram uma via de compensação em fatores cujo efeito positivo.

## Referências

- ALVES, G. (1999). *Trabalho e mundialização do capital*. Londrina: Praxis.
- ANTUNES, R. (1995). *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- — (2006). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- ASSEBURG, B; GAIGER, L. (2007). A economia solidária diante das desigualdades. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p. 499-533.
- BERTUCCI, J; CUNHA, G. (2006). *Relatório Nacional de sistematização e Avaliação dos processos do primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil*. Brasília: MTE/SENAES.
- CASTEL, R. (1999). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- — (1997). As transformações da questão social. In: BELFIORE WANDERLEY, Mariângela (Org.). *Desigualdades e questão social*. São Paulo, EDUC.
- CATTANI, A D. (2005). A vida Precária: bases para uma nova submissão. In: CATTANI, D.; DIAZ, M. (Orgs.). *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Porto Alegre: UFRGS.
- CRESPO, P. A; GUROVITZ, E. (2008). A pobreza como um Fenômeno Multidimensional. *RAE Eletrônica*, São Paulo, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <[www.rae.com.br/eletronica](http://www.rae.com.br/eletronica)>. Acesso em: jan.
- CRUZ, A. (2006). *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do MERCOSUL*. 2006. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp.
- DEMO, P. (1997). Menoridade dos Mínimos Sociais – encruzilhadas da assistência social no mundo de hoje. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 55.
- — (1998). *O charme da exclusão social*. Campinas: autores associados, 1998.
- GAIGER, L. (2009). *A ativação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades*. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt.htm>>. Acesso: jan. 2009.
- — (1999). A economia solidária no RS: viabilidades e perspectivas. *Cadernos CEDOPE: movimentos sociais e cultura*, São Leopoldo, ano 10, n. 15.
- — (1998). A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. *Revista Contexto e Educação*, Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, abr. /jun.

- GAIGER, L. (2009). *A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento nacional*. In: *Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais*, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <www.npms.ufsc.br>. Acesso em: jan. 2009.
- IAMAMOTO, M. (2001). Questão social no capitalismo. *Revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*, Rio de Janeiro, n.3, jan./jun.
- IANNI, O. (1991) A Questão Social. *Revista São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v.5, n. 1.
- KLIKSBERG, B. (2003). *Por uma economia com face mais humana*. Brasília: UNESCO.
- LEITE, M de P; SILVA, R. A. (1996). Sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 42.
- MARTINS, J. S. (2004). Para compreender e temer a exclusão social. *Revista Vida Pastoral*, São Paulo, n. 239.
- MATTOSO, J. (1999). *O Brasil desempregado: como foram destruídos três milhões de empregos no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.,
- (1998). Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antônio. (Org). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas: Unicamp.
- MÉSZÁROS, I. (2006). Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- NETO, J. P. (2001). Cinco notas a propósito da questão social. *Revista da Associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social*, Rio de Janeiro, n. 3, jan./jun..
- OLIVEIRA, L. (1997). Os excluídos existem? notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33.
- OLIVEIRA, M. A. (Org.). (1998). *Economia & trabalho: textos básicos*. Campinas: Unicamp.
- PASTORINE, A. (2004). *A categoria questão social em debate*. São Paulo: Cortez.
- PEREIRA, P. A. P. (2001). Questão social, serviço social e direitos de cidadania. *Revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social*, Rio de Janeiro, n. 3, jan./jun.
- POCHMANN, M. (2001). *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- (2006). Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

- — (2003). *Elementos para compreender a questão do desemprego no Brasil*. In: PALESTRA PROFERIDA NA CAMPANHA DO PLENO EMPREGO, Rio de Janeiro.
- — (2008). *Qual desenvolvimento?* São Paulo: Publisher Brasil, 2009. PPG SERVIÇO SOCIAL UFSC. Economia solidária e autogestão. *Revista katálysis*, Florianópolis, v.11, n.1,
- SANTOS, A. M. (2004). *Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- SANTOS, B de S. (2008). *Para Além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Disponível em: <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/Para\\_alem\\_do\\_pensamento\\_abissal\\_RCCS78.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF)>. Acesso em: ago.
- — (2004). *Sistema nacional de informações em economia solidária*. Brasília: MTE, SENAES.
- SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras,.
- SPOSATI, A. (1997). Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 55.
- TIRIBA, L. (2001). *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia (s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí.
- YAZBEK, M. C. (2001). Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Rio de Janeiro, n. 3, jan./ jun.

Recibido:1/10/2015

Aceptado:22/10/2015